

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas da
Lux Energy Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Lux Energy Participações S.A. ("Companhia ou Lux Participações"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativa.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lux Energy Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 10 de maio de 2024.



BDO RCS Auditores
Associados Ltda. CRC 2 SP
015165/0-8

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0 - S -SP

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	3	19.726	23.774	Fornecedores	8	-	-	28.028	44.029
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	-	-	27.264	43.435	Obrigações trabalhistas	-	-	-	65	43
Impostos a recuperar	-	-	-	1.064	1.010	Obrigações tributárias	-	-	-	93	171
Outras contas a receber	-	50	-	76	303	Outras contas a pagar	-	-	-	179	158
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	16	-	-	50.043	109.311	Instrumentos financeiros (contratos futuros)	16	-	-	48.545	103.571
		52	3	98.173	177.833			-	-	76.910	147.972
Não circulante						Não circulante					
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	16	-	-	25.620	29.281	Partes Relacionadas	12	491	491	-	-
Investimentos	6	27.594	25.453	1.150	1.150	Instrumentos financeiros (contratos futuros)	16	-	-	17.847	29.716
Imobilizado	7	-	-	671	732	Tributos diferidos	11.b	-	-	3.698	6.339
		27.594	25.453	27.441	31.163			491	491	21.545	36.055
						Patrimônio líquido					
						Capital social	10.a	23.971	17.000	23.971	17.000
						Reserva legal	10.b	405	405	405	405
						Reservas de lucros	10.b	2.779	7.560	2.779	7.560
								27.155	24.965	27.155	24.965
						Participação dos não controladores		-	-	4	4
						Total do Patrimônio líquido		27.155	24.965	27.159	24.969
Total do ativo		27.646	25.456	125.614	208.996	Total do passivo e patrimônio líquido		27.646	25.456	125.614	208.996

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	13	-	-	345.472	515.005
Custo de energia comprada	14	-	-	(346.179)	(508.942)
Valor justo dos contratos futuros de energia	16	-	-	3.966	5.644
Lucro bruto		-	-	3.259	11.707
Receitas/(despesas) operacionais					
Gerais, comerciais e administrativas	14	-	-	(5.581)	(3.729)
Equivalência patrimonial	7	1.474	8.090	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	14	-	18	(80)	(92)
		1.474	8.108	(5.661)	(3.821)
Resultado operacional antes das receitas financeiras, líquidas		1.474	8.108	(2.402)	7.886
Resultado financeiro líquido	15	(1)	(1)	2.501	2.246
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.473	8.107	99	10.132
IR e CSLL corrente	11.a	-	-	(631)	(786)
IR e CSLL diferido	11.b	-	-	2.005	(1.238)
Lucro líquido do exercício		1.473	8.107	1.473	8.108
Lucro atribuído aos controladores				1.473	8.107
Lucro atribuído aos não controladores				-	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.473	8.107	1.473	8.108
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.473</u>	<u>8.107</u>	<u>1.473</u>	<u>8.108</u>
Lucro atribuído aos controladores			1.473	8.107
Lucro atribuído aos não controladores			-	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.359	4.699	-	-	19.058	3	19.061
Integralização de capital	2.641	-	-	(2.641)	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	8.107	8.107	1	8.108
Distribuição de dividendos	-	-	-	(2.200)	(2.200)	-	(2.200)
Destinação do Lucro	-	2.861	405	(3.266)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.000	7.560	405	-	24.965	4	24.969
Integralização de capital	6.971	(4.571)	-	-	2.400	-	2.400
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.473	1.473	-	1.473
Distribuição de dividendos	-	(284)	-	(1.399)	(1.683)	-	(1.683)
Destinação do Lucro	-	-	74	(74)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.971	2.705	479	-	27.155	4	27.159

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.473	8.107	1.473	8.108
Ajustes que não afetam o caixa				
Tributos diferidos	-	-	(2.641)	1.609
Depreciação	-	-	223	34
Instrumentos Financeiros	-	-	(3.966)	(5.644)
Equivalência	(1.474)	(8.090)	-	-
Baixa de imobilizado	-	-	254	-
	(1)	17	(4.657)	4.107
Decréscimo/(acrécimo) nas contas de ativo				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	16.171	29.553
Impostos a recuperar	-	-	(54)	(693)
Outras contas a receber	(50)	-	227	366
Acrécimo/(decrécimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	-	-	(16.001)	(26.401)
Obrigações trabalhistas	-	-	22	27
Obrigações tributárias	-	-	(78)	13
Outras contas a pagar	-	-	21	(511)
Caixa gerado das/(usado nas) atividades operacionais	(51)	17	(4.349)	6.461
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte em controladas e coligadas	(5.921)	(3.640)	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(416)	(651)
Dividendos recebidos	5.254	3.182	-	-
Caixa usado nas atividades de investimento	(667)	(458)	(416)	(651)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento do capital social	2.400	2.641	2.400	-
Distribuição de Dividendos	(1.683)	(2.200)	(1.683)	(2.200)
Caixa gerado das/(usado nas) atividades de financiamento	717	441	717	(2.200)
Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(1)	-	(4.048)	3.610
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	3	23.774	20.164
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2	3	19.726	23.774
Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(1)	-	(4.048)	3.610

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Lux Energy Participações S.A. é uma sociedade por ações regido pelo presente Estatuto Social, pela Lei n. 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. A sede da companhia está localizada na cidade de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 360, 7º andar conjunto 71, Vila Nova Conceição, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação dos acionistas.

A Companhia tem por objeto:

- A Companhia tem por objetivo social a participação no capital de outras sociedades empresariais ou não empresariais, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou exterior.

Companhia	Tipo	Data da Constituição	Principal atividade	Participações	
				2.023	2022
LUX Energy comercializadora de energia Ltda.	Direto	11/08/2017	Comércio atacadista e varejista de energia elétrica	99,98%	99,98%
LXC Energia s.a.	Direto	11/08/2017	Comércio atacadista e varejista de energia elétrica, geração de energia e atividades de intermediação e agenciamentos de serviços	99,98%	99,98%
LUX Varejo comercializadora de energia Ltda.	Direto	20/08/2020	Comércio atacadista e varejista de energia elétrica	100,00%	100,00%

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 10 de maio de 2024. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023			2022		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Lux Energy Participações S.A.	27.646	491	1.473	25.456	491	8.107
LUX Energy comercializadora de energia Ltda.	124.338	100.179	(2.159)	208.237	183.809	3.280
LXC Energia s.a.	1.219	409	(40)	155	154	(31)
LUX Varejo comercializadora de energia Ltda.	2.643	14	3.672	1.091	64	4.843
Eliminações	(30.232)	(2.638)	(1.473)	(25.943)	(491)	(8.091)
Consolidado	<u>125.614</u>	<u>98.455</u>	<u>1.473</u>	<u>208.996</u>	<u>184.027</u>	<u>8.108</u>

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 5 - Provisão de estimativa para credores de liquidação duvidosa para consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota nº 9 - Provisão para contingência;
- Nota nº 16 - Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros.

e) Gestão do capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

a) Classificação ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJR”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJORA”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.2. Caixas e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.3. Consumidores, concessionárias e permissionárias.

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.4. Fornecedores de energia

Incluem a compra de energia elétrica faturados para a Companhia e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros.

3.5. Instrumentos financeiros (Valor justos dos contratos futuros de energia)

A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições forward, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Essas operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/ CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento, (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade, (iv) preços futuros dos sub-mercados de energia (Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste),

(v) tipo de fonte de energia (Convencional ou Incentivada), (vi) tendência hidrológica, entre outros. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3.6. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado. Os impostos diferidos, advindos do ajuste de avaliação patrimonial quando aplicável são reconhecidos no patrimônio líquido. Os demais impostos diferidos são reconhecidos no resultado, quando constituídos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

3.9. Reconhecimento de receita e custo de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional da Companhia.

A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

3.10. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

(i) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data da aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.11. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados.

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

i. Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

ii. Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

iii. Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE*) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

iv. Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

b) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2023.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- i. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2): acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- ii. Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- iii. Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- iv. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- v. Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Banco conta movimento	2	-	30	30
Aplicações financeiras	-	3	19.696	23.744
Total	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>19.726</u>	<u>23.774</u>

As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa e de acordo com os contratos firmados pela Companhia e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente. As aplicações remuneram uma taxa média de 100% do CDI.

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias Composição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Faturadas	-	-	890	1.796
Não faturadas	-	-	26.374	41.639
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.264</u>	<u>43.435</u>

Os saldos dos itens não faturados e provisionados é composto pelas provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de energia foi celebrado até 31 de dezembro de 2023 e faturado por meio da emissão da nota fiscal no mês subsequente. Em conformidade com o artigo 7º inciso II da portaria CAT 97/2009.

Em 31 de dezembro de 2023, não havia títulos vencidos de clientes e o prazo de vencimento não excedia a 30 dias da data base.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
LUX Energy comercializadora de energia Ltda.	24.155	24.424	-	-
LXC Energia S.A.	810	1	-	-
LUX Varejo comercializadora de energia Ltda.	2.629	1.028	-	-
BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia	-	-	1.150	1.150
	<u>27.594</u>	<u>25.453</u>	<u>1.150</u>	<u>1.150</u>

	Controladora				Consolidado
	2022	Aporte de capital	MEP	Dividendos Recebidos	2023
LUX Energy comercializadora de energia Ltda.	24.424	3.571	(2.157)	(1.683)	24.155
LXC Energia S.A.	1	850	(41)	-	810
LUX Varejo comercializadora de energia Ltda.	1.028	1.500	3.672	(3.571)	2.629
BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia	-	-	-	-	-
	<u>25.453</u>	<u>5.921</u>	<u>1.474</u>	<u>(5.254)</u>	<u>27.594</u>
					<u>1.150</u>

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	Consolidado				
	2023				2022
	Taxa a.a.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	224	(32)	192	177
Máquinas e Equipamentos	10%	-	-	-	29
Benfeitorias	20%	495	(177)	318	430
Computadores e Periféricos	20%	191	(30)	161	96
		<u>910</u>	<u>(239)</u>	<u>671</u>	<u>732</u>

	Consolidado				
	2022	2023			
	Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	177	94	(54)	(25)	192
Máquinas e Equipamentos	29	3	(15)	(17)	-
Benfeitorias	430	146	(109)	(149)	318
Computadores e Periféricos	96	173	(76)	(32)	161
	<u>732</u>	<u>416</u>	<u>(254)</u>	<u>(223)</u>	<u>671</u>

8. Fornecedor

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	Suprimento de energia	-	-	10.874
Não faturadas	-	-	17.154	25.545
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.028</u>	<u>44.029</u>

Os saldos dos itens de provisão em 31 de dezembro de 2023 são compostos por provisões de compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia, ocorreram até 31 de dezembro de 2023 e com recebimento da fatura de pagamento no mês subsequente.

9. Provisão para demandas judiciais

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui processos contingentes que necessitem ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$23.971, composto por 23.970.778 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com direito a voto e prioridade no recebimento de dividendos.

A composição acionária é como segue:

Acionistas	Ações ordinárias	Capital Social(R\$)	%
Maximus Consultoria Empresarial E Participacoes Ltda.	11.386.119	11.386	47,5%
Brito Cunha Participacoes E Investimentos	11.386.119	11.386	47,5%
Elf Nunes Participacoes Ltda	599.270	599	2,5%
André Nonaka	599.270	599	2,5%
Total	<u>23.970.778</u>	<u>23.971</u>	<u>100%</u>

b) Reserva de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	<u>479</u>	<u>405</u>
Reserva de retenção de lucro (ii)	<u>2.705</u>	<u>7.560</u>
Total das reservas de lucros	<u>3.184</u>	<u>7.965</u>

- (i) Reserva legal: constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social;
(ii) Reserva de retenção de lucros se destina a atender a investimentos futuros.

c) Dividendos

A destinação do lucro líquido do exercício está prevista no Estatuto Social da Companhia.

Foram pagos dividendos intermediários do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, assim como destinação do excesso para a reserva de retenção de lucros.

Destinação dos lucros	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.473	8.107
Constituição de reserva legal	<u>(74)</u>	<u>(405)</u>
	<u>1.399</u>	<u>7.702</u>
Pagamento de dividendos	(1.399)	(2.200)
Aumento de capital	-	(2.641)
Constituição da reserva de lucro	<u>-</u>	<u>(2.861)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

(i) Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social Lucro real

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social em 31 de dezembro de 2023 foi constituída com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%.

Para as empresas Lux Energy Participações S.A., LUX Energy comercializadora de energia Ltda. e LUX Varejo comercializadora de energia Ltda.

A conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Resultado do exercício antes do IR & CS	(3.791)	5.027
Adições - Outros	2.400	69.549
Exclusões - Outros	(19)	(59.169)
Compensação	199	(13.776)
Base tributável	<u>(1.211)</u>	<u>1.631</u>
Imposto de Renda - 15%	(182)	(245)
Adicional do Imposto de Renda - 10%	(121)	(149)
Contribuição social - 9%	(109)	(147)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	<u>(412)</u>	<u>(541)</u>
Alíquota efetiva	11%	-11%

(ii) Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social Lucro presumido

Para a empresa LXC Energia S.A.

	2023	2022
Receitas	6.037	15.972
Base de cálculo IRPJ	483	636
Base de cálculo CSLL	724	954
Outras receitas	131	36
Base tributável CSLL	855	990
Base tributável IRPJ	614	672
Valor limite não sujeito ao adicional	(60)	(60)
Retenções IRPJ Retido	14	-
CSLL	(77)	(89)
IRPJ	(142)	(156)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	<u>(219)</u>	<u>(245)</u>

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2023	2022
Instrumentos financeiros derivativos	10.215	5.846
(-) Pis e COFINS diferido – 9,25%	(945)	(541)
	<u>9.270</u>	<u>5.305</u>
Provisão de Venda de Energia	26.375	41.639
Provisão de Compra de Energia	(17.154)	(25.546)
(-) Pis e COFINS diferido – 9,25% - (a)	(853)	(1.489)
	<u>8.368</u>	<u>14.604</u>
Base para IR e CSLL diferido (b)	17.638	19.909
Alíquota vigente - (c)	34%	34%
Imposto diferido – passivo - (b)*(c)+(a)	<u><u>3.698</u></u>	<u><u>6.339</u></u>

12. Partes relacionadas

No exercício de 2023, as Empresas realizaram pagamentos a título de pró-labore no montante abaixo:

	2023	2022
LUX ENERGY COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA	16	16
LXC ENERGIA S.A.	15	14
Total	<u><u>31</u></u>	<u><u>30</u></u>

13. Receitas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de comercialização de energia elétrica	-	-	384.087	573.274
(-) Impostos incidentes sobre receitas	-	-	(38.506)	(58.257)
(-) Devoluções e cancelamentos	-	-	(109)	(12)
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>345.472</u></u>	<u><u>515.005</u></u>

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Compra de energia elétrica	-	-	(346.179)	(508.941)
Pessoal e administradores	-	-	(604)	(403)
Serviços de terceiros	-	-	(3.562)	(2.543)
Associação de classe e outras taxas	-	-	(367)	(295)
Aluguéis de prédios locados de PJ	-	-	(585)	(237)
Depreciação e amortização	-	-	(200)	(34)
Outros	-	18	(342)	(310)
Total	-	18	(351.839)	(512.763)
Custo de energia comprada	-	-	(346.179)	(508.942)
Gerais, comerciais e administrativas	-	-	(5.581)	(3.729)
Outras receitas e despesas operacionais	-	18	(79)	(92)
	-	18	(351.839)	(512.763)

15. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Rendimento de Aplicação	-	-	2.329	2.279
Juros	-	-	7	-
Outras receitas financeiras	-	-	191	1
	-	-	2.527	2.280
(-) Despesas Financeiras				
(-) Multas e Juros de Mora	-	-	(3)	(9)
(-) Comissão Fiança	-	-	-	(1)
(-) Despesas Bancárias	(1)	(1)	(22)	(18)
(-) IOF	-	-	(1)	(6)
	(1)	(1)	(26)	(34)
Resultado Financeiro Líquido	(1)	(1)	2.501	2.246

16. Valor justo dos contratos de energia

Como descrito na Nota Explicativa nº 3.5, a Companhia por meio de sua controlada LUX ENERGY COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA, opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes:

Instrumentos financeiros (contratos futuros)	2023	2022
Ganho temporário - circulante	50.043	109.311
Ganho temporário - não circulante	25.620	29.281
Perda temporária - circulante	(48.545)	(103.571)
Perda temporária - não circulante	(17.847)	(29.716)
Resultado líquido da operação	9.271	5.305
Volume de energia (Venda) MWh	2.487.527	2.205.353
Volume de energia (Compra) MWh	1.533.840	2.072.387
Exposição líquida: long MWh	(953.687)	4.277.740

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo de 2030.

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O valor justo dos contratos de energia, já estão líquidos da taxa média de desconto no fluxo 3,9% em 31 de dezembro de 2023 e dos impostos de Pis/COFINS (alíquota de 9,25%).

17. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Empresa mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

	Até 01 ano	Até 02 anos	Até 03 anos	Acima de 04 anos	Total
Fornecedores	10.874	-	-	-	10.874
	10.874	-	-	-	10.874

Risco de crédito

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito pela análise financeira criteriosa considerando o ambiente econômico atual, vínculo de liquidação na CCEE, reputação e conhecimento técnico dos sócios.

Um dos principais riscos do setor é o descumprimento de contratos, isso ocorre quando uma das partes não honra algum dos compromissos assumidos em contratos de energia (registro, validação na CCEE ou pagamento bilateral), provocando exposição financeira da contraparte. A depender da magnitude da falta, essa pode gerar três efeitos nocivos para a contraparte afetada:

- Exposição adicional ao risco de mercado, dada a substituição do contrato não adimplido por exposição (sobra ou déficit) no mercado a preços de curto prazo, que podem ser desfavoráveis a ela;
- Crise de confiança, limitando a liquidez particular e aumentando o prêmio de risco para fechamento de posições, especialmente em Companhias de pequeno porte;
- Queda de liquidez de mercado em função de necessidade de ajustes de expectativas e aumento da aversão ao risco dos agentes, impactando no tempo de fechamento de posições.

Para mitigar esses riscos a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigibilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de cartas de fiança, seguro garantia, caução, reputação e conhecimento técnico dos sócios. Além disso atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, e de concentração de risco de crédito com as contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a Companhia detentora da posição, fazem reduzir seu o valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Companhia. A Companhia considera pelo valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: departamento de risco com reporte diário aos administrados, metodologia de risco utilizando VaR "Value at Risk", análise stress e sensibilidades, limites de riscos estabelecidos pela administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição energética em MWh

Ano	Compra	Venda	Exposição (Short)/Long
2024	876.840	1.414.279	(537.439)
2025 a 2030	657.000	1.073.248	(416.248)

b) Instrumentos financeiros (contratos futuros)

Como descrito na nota explicativa nº 3.5, a Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Companhia, que foi reconhecido pelo seu valor justo.

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2022 A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo de 2030

c) Instrumentos financeiros por categoria valor de mercado e contábil

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros (contratos futuros)	2023	2022
Ganho temporário - circulante	50.043	109.311
Ganho temporário - não circulante	25.620	29.281
Perda temporária - circulante	(48.545)	(103.571)
Perda temporária - não circulante	(17.847)	(29.716)
Resultado Líquido da operação	<u>9.271</u>	<u>5.305</u>
Volume de energia (Venda) MWh	2.487.527	2.205.353
Volume de energia (Compra) MWh	1.533.840	2.072.387
Exposição Líquida: long MWh	<u>(953.687)</u>	<u>4.277.740</u>

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Conforme mencionado na nota 3.5, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação do preço da energia e taxa de juros.

Devido a ampla volatilidade dos preços de energia, a Companhia adota a análise de possíveis cenários com o impacto no preço para antecipar potenciais perturbações em seu portfólio de contratos a termo e definir ações necessárias a proteção de seu resultado.

Desta forma, através do Stress Test, no qual foi aplicado o VaR 95% e o VaR 99% para todo o período de avaliação do portfólio, obteve-se ao longo de 2022 um VaR médio ponderado de:

	VaR (R\$ MM)
VaR 95%	(3,94)
Var 99% (Stress Test)	(5,65)

Essa análise sensibilidade capturada pela metodologia de VaR da Companhia, dado a volatilidade histórica do mercado e correlação entre os produtos, apresenta maior variação de preço no curto prazo dado sua grande correlação com variáveis mais incertas como hidrologia e carga, e menor variação no longo prazo devido sua baixa correlação com essas variáveis e maior correlação com a dinâmica de oferta e demanda de energia.

- VaR - O VaR é a avaliação do potencial máximo de perda (ou pior perda) a um intervalo de confiança especificado (α é nível de confiança) que um investidor estaria exposto dentro de um horizonte de tempo considerado. O VaR pode ser traduzido como a quantia em que as perdas não se excederão em $(1-\alpha)$ % dos cenários. A Companhia utiliza um espaço de confiança de 95%. Um VaR (95%) indica que existem 5 chances em 100 de que o prejuízo seja maior do que o indicado pelo VaR no prazo para o qual foi calculado;

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade sobre as operações com taxa de juros

A Companhia realizou uma análise com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis da taxa de juros:

- (i) Cenário I: baseado em premissas macroeconômicas obtidas no mercado para 31 de dezembro de 2023 (CDI em 11,75% a.a.);
- (ii) Cenário II: redução/elevação dos índices em 25% e;
- (iii) Cenário III: redução/elevação dos índices em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

<u>Instrumento</u>	<u>Indexador</u>	<u>Exposição</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Redução de índice em 25%</u>	<u>Redução de índice em 50%</u>	<u>Elevação de índice em 25%</u>	<u>Elevação de índice em 50%</u>
Ativos aplicações	CDI	19.696	22.010	21.432	20.853	22.589	23.167